

Se indicar que “uns brasileiros são melhores que outros”, mudança na legislação terá menos chances de ser aprovada, avalia Mario Mesquita

Quanto mais abrangente for a reforma da Previdência, maiores são as chances de ela ser aprovada. A avaliação é do economista-chefe do banco Itaú, Mario Mesquita. Para ele, a abertura de exceções indicaria que “uns brasileiros são melhores que outros” e tiraria força da proposta.

“A chance de aprovar a reforma da Previdência é diretamente proporcional à amplitude da reforma. Se você faz uma reforma que já começa preservando alguns privilégios, ela já entra fragilizada”, disse Mesquita na quinta-feira (27), em encontro da equipe econômica do Itaú com jornalistas.

“Quando você ataca tudo, se o sujeito – policial militar, bombeiro, o que seja – pedir tratamento especial, já vai ficar claro que ele quer tratamento especial. Agora, se você já começa escolhendo que uns brasileiros são melhores do que outros, fica complicado”, completou o economista, que dirigiu a área de Política Econômica do Banco Central entre 2007 e 2010.

- [Teto para gastos públicos só vai funcionar com reforma da Previdência](#)
- [Mesmo com reforma, governo vai precisar arrecadar mais para a Previdência](#)

Membros do governo e o próprio presidente Michel Temer declararam em diferentes ocasiões que a reforma afetará a todos, incluindo servidores públicos e políticos. A ideia é que a principal inovação do pacote, a idade mínima para aposentadoria, seja de 65 anos para homens e mulheres, servidores públicos e funcionários do setor privado, trabalhadores urbanos e rurais. Mas as diferentes regras hoje existentes convergiriam obedecendo a diferentes regras de transição.

Mas aliados fazem pressão por exceções. Em meados de outubro, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, defendeu que a reforma seja [diferente para os militares](#), afirmando ser “impossível construir entre desiguais uma previdência única”.

Transição curta

Na conversa com jornalistas, o economista Pedro Schneider, do Itaú, afirmou que a idade mínima de 65 anos é “fundamental, e com uma regra de transição curta”. Sem uma reforma, disse, o teto para os gastos públicos – já aprovado pela Câmara dos Deputados e agora em trâmite no Senado – “simplesmente não para em pé”.

Publicidade

Schneider observou que a Previdência, que já consome 40% dos gastos públicos, tem contra si a demografia – o envelhecimento da população vai elevar o número de aposentados e diminuir o de contribuintes – e a regra de [correção do salário mínimo](#), que é o piso dos benefícios e pode crescer acima da inflação. “O Brasil vai ficar velho, e vai ficar velho rápido. E não ficou rico. É preciso adequar o orçamento público a essa nova realidade demográfica”, disse.

**O jornalista viajou a convite do Itaú.*

Fonte: Gazeta do Povo, 2 de novembro de 2016.